

GARÇON, Maurice: *O Advogado e a Moral*. Trad. de António de Sousa MADEIRA PINTO. — Col. «Studium». xxiii-161 pp.. Arménio Amado, Sucrs., Coimbra, 1963.

Tanto o tema da obra como o nome que a firma são aliciantes para uma leitura que dispensa — assim nos parece — quaisquer veleidades de benevolente recomendação.

MAURICE GARÇON é, com efeito, para além da sua projecção internacional, uma figura particularmente grata aos advogados portugueses, que não esquecerão fàcilmente o fascínio da sua palavra, quando de uma conferência notabilíssima proferida, vai para quinze anos, na sede da nossa Ordem.

Mas esta — a do orador e do conferencista — é, embora de insinuantíssimo relevo, uma faceta, apenas, daquelas em que constantemente se desdobra a pluralidade dos seus dotes.

Advogado da estirpe dos maiores, com intervenção fulgurante nos mais célebres processos políticos e literários do nosso tempo; moralista da melhor tradição gaulesa; historiador consciencioso, em evocações do mais puro recorte literário, que lhe franquearam as portas da Academia Francesa — em tudo MAURICE GARÇON vem deixando impresso, com marca indelével, o superior quilate do seu talento multiforme.

Na obra que agora nos ocupa — datada de 1963 — debruça-se o eminente jurista sobre o papel do advogado e as suas responsabilidades morais. E fá-lo, como era de esperar, com o brilho, a autoridade, a austeridade persuasão — e até a vibração emocionada — de quem viveu intensamente todos esses problemas e soube sempre encontrar para eles as soluções mais seguras e acertadas.

Fechamos o livro, na sua derradeira página, rendidos à pertinência dos seus conceitos e com a consciência de que bem poucas actividades, como a do advogado, se pautam por normas deontológicas mais severas — mas que, observadas elas, nenhuma outra se lhe avanteja em beleza, em dignidade, em devotada entrega aos mais altos interesses sociais.

Estava naturalmente indicado que uma obra desta índole — verda-

deiro tratado, no fim de contas, de ética profissional — se tornasse familiar, por uma adequada versão, a quantos, nesta hora conturbada, neste expectante compasso de espera que o mundo vive, se mantêm vinculados àqueles princípios imutáveis que nenhuma evolução pode destruir.

Desta tarefa em boa hora se incumbiu o Dr. ANTONIO DE SOUSA MADEIRA PINTO, que, além de advogado experimentado por já longa carreira, é um espirito cultíssimo, de vasta e sólida formação humanista, e figurou, quando ainda escolar de leis, como elemento destacado de uma das mais notáveis gerações coimbrás.

Não se limitou ele a uma simples transposição literal, que seria, ainda neste caso, primorosa. Antes, com absoluta fidelidade ao texto, fez um trabalho, pode dizer-se, de pura criação, a ele aplicando todo o esmero e todo o apurado sabor clássico característicos da sua escrita.

Ele precedeu o seu labor de um prefácio muito lúcido, em que, após breves dados biográficos do Autor, fornece a notícia, quanto possível circunstanciada e actualizada, acerca do exercício da advocacia em França, facilitando deste modo uma melhor compreensão de certos passos da obra, a qual é por fim criteriosamente sumariada num índice que faltou, inexplicavelmente, à edição original.

SILVA CUNHA, J. M. da & GONÇALVES PEREIRA, André: *Textos de Direito Internacional*. — «Colecção Jurídica Portuguesa». 2-611-3 pp. Edições Ática, Lisboa, 1964.

É uma colectânea de textos, alguns deles facultados pela primeira vez em versão portuguesa, respeitantes a problemas de convivência internacional, quer gerais, quer ligados em especial à acção colonizadora.

Concebida com uma preocupação de ordem predominantemente didáctica, o certo é que esta criteriosa recolha interessa a todos quantos se dedicam, por obrigação ou por devoção ao estudo, aos problemas tão actuais que estão na sua origem.

Bem andaram pois os Autores em proporcionar a sua leitura a um público mais vasto, emprestando-lhe ainda a garantia da sua especial autoridade.

Edição integrada na «Colecção Jurídica Portuguesa», com a qual as Edições Ática têm dado um precioso contributo à cultura jurídica portuguesa.

RODRIGUES BASTOS, Jacinto: *Notas ao Código de Processo Civil*, I — 493 pp. Lisboa, 1963.

Atinge já o art. 263 o 1.º vol. desta obra, que nos tem chegado regularmente na sua distribuição fascicular.